



Congresso aprova a Lei de Diretrizes Orçamentárias 2013



Sessão do Congresso Nacional em que os parlamentares aprovaram o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias

Projeto foi aprovado com acordo no último dia antes do recesso. Acabou derrubado em Plenário destaque que flexibilizaria regra de licitação para empresas estatais

Depois de vários dias sem entendimento entre governo e oposição, o Congresso aprovou ontem o substitutivo ao projeto da LDO de 2013, relatado por Antonio Carlos Valadares, dando início ao período de recesso parlamentar. Como consequência do acordo, foi retirado o item que autorizava investimentos no PAC mesmo que a lei orçamentária não fosse sancionada até o final do ano.

O projeto da LDO aprovado não prevê qualquer recurso para aumento do funcionalismo dos três Poderes e do Ministério Público da União em 2013. O relator, entretanto, sugere a adoção de limites de reajuste com base na média do percentual de comprometimento da Receita Corrente Líquida (RCL) da União dos exercícios de 2009 a 2011. A proposta segue para sanção. Os trabalhos recomeçam em 1º de agosto. **3**

Plenário acata empréstimo externo para Rio de Janeiro e Paraíba **4**



Moka, Delcídio, Flexa e Lobão Filho: operações aprovadas na CAE e no Plenário

Congresso entra hoje em recesso e será representado por comissão

Até o dia 31, a Comissão Representativa (veja os representantes do Senado) zelará pelas prerrogativas do Congresso, das duas

Casas e de seus membros. No período, o **Jornal do Senado** estará apenas na internet (www.senado.gov.br/jornal).

Titulares	Suplentes
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT-PDT-PSB-PCDOB-PRB)	
Walter Pinheiro (PT)	1. Pedro Taques (PDT)
Lídice da Mata (PSB)	2. Inácio Arruda (PCdoB)
BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PMDB-PP-PV)	
José Sarney (PMDB)	—
Renan Calheiros (PMDB)	2. Eduardo Braga (PMDB)
BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PSDB-DEM)	
Jayme Campos (DEM)	1. Clovis Fecury (DEM)
Cyro Miranda (PSDB)	2. Alvaro Dias (PSDB)
BLOCO PARLAMENTAR UNIÃO E FORÇA (PT-PTB-PR-PSC)	
Epitácio Cafeteira (PTB)	1. Vicentinho Alves (PR)
PSD*	
Kátia Abreu (PSD)	1. Sérgio Petecão (PSD)

* Rodízio (Art. 10-A do Regimento Comum)

Conselho de Comunicação Social tem nova composição

Órgão auxiliar do Parlamento teve sua terceira composição aprovada ontem. A primeira foi em 2002. Entre suas fun-

ções está avaliar questões ligadas à liberdade de manifestação do pensamento, da criação, da expressão e da informação. **2**

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio	▶ Walter Vieira Ceneviva	▶ Daniel Pimentel Slaviero
Representante das empresas de televisão	▶ Gilberto Carlos Leifert	▶ Marcio Novaes
Representante de empresas da imprensa escrita	▶ Alexandre Kruehl Jobim	▶ Lourival Santos
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social	▶ Roberto Franco	▶ Lilliana Nakonechnyj
Representante da categoria profissional dos jornalistas	▶ Celso Augusto Schröder	▶ Maria José Braga
Representante da categoria profissional dos radialistas	▶ José Catarino Nascimento	▶ Eurípedes Conceição
Representante da categoria profissional dos artistas	▶ Jorge Coutinho	▶ Mario Marcelo
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo	▶ Luiz Antonio Gerace	▶ Pedro Pablo Lazzarini
Representantes da sociedade civil	▶ Miguel Ângelo Cançado ▶ Orani João Tempesta ▶ Ronaldo Lemos ▶ João Monteiro Filho ▶ Fernando Cesar Mesquita	▶ Wrana Panizzi ▶ Pedro Rogério Couto Moreira ▶ Juca Ferreira ▶ José Vitor Castiel ▶ Leonardo Petrelli

Produção do primeiro semestre ganha destaque **4**



Ao lado de Ana Amélia, José Sarney recebe o ministro da Defesa, Celso Amorim

CPI do Cachoeira recebe pedido de nova convocação de Marconi **2**

Celso Amorim entrega a Sarney diretrizes do Ministério da Defesa **4**

Colegiado auxiliar do Parlamento teve aprovada sua terceira composição. Cada um dos membros, 13 titulares e 13 suplentes, tem mandato de dois anos, podendo ser reconduzido uma vez

Conselho de Comunicação Social terá nova composição

O CONGRESSO APROVOU a nova composição do Conselho de Comunicação Social (CCS), previsto na Constituição como órgão auxiliar do Parlamento. Entre suas funções estão avaliar questões ligadas à liberdade de manifestação do pensamento, da criação, da expressão e da informação e emitir pareceres e recomendações ligadas à produção e programação de emissoras de rádio e TV.

O conselho também deve opinar, quando consultado, sobre propagandas de tabaco, bebidas alcoólicas, agrotóxicos, medicamentos e terapias, diversões e espetáculos públicos. Pode ainda avaliar as finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas da programação das emissoras de rádio e televisão e deve prezar pela regionalização da

produção cultural, artística e jornalística. Outros temas que podem passar por análise do conselho são propriedade, monopólio ou oligopólio dos meios de comunicação social e outorga e renovação de concessão, permissão e autorização de serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens.

Esta será a terceira composição do conselho, regulamentado pela Lei 8.389/91. A primeira foi aprovada em 2002 e a segunda, em 2004. Cada membro tem mandato de dois anos, podendo ser reconduzido uma vez.

Os novos membros do Conselho de Comunicação Social, 13 titulares e 13 suplentes, serão representantes das empresas de rádio (Walter Ceneviva e Daniel Slaviero), das empresas de televisão (Gilberto Carlos

Leifert e Marcio Novaes), de empresas da imprensa escrita (Alexandre Kruehl Jobim e Lourival Santos), engenheiros com notório conhecimento na área de comunicação social (Roberto Franco e Liliana Nakonechnyj), jornalistas profissionais (Celso Augusto Schröder e Maria José Braga), radialistas (José Catarino Nascimento e Eurípedes Conceição), artistas (Jorge Coutinho e Mario Marcelo), profissionais de cinema e vídeo (Luiz Antonio Gerace e Pedro Pablo Lazzarini) e representantes da sociedade civil (Miguel Ângelo Cançado, Orani João Tempesta, Ronaldo Lemos, João Monteiro Filho, Fernando Cesar Mesquita, Wrana Panizzi, Pedro Rogério Couto Moreira, Juca Ferreira, José Vitor Castiel e Leonardo Petrelli).



Randolfe (E) e Davi Emerich (D) na assinatura do protocolo de implantação do sinal digital da TV Senado no Amapá

Sinal digital da TV Senado chegará ao Amapá

Em breve, os moradores do Amapá poderão assistir à TV Senado em sinal digital aberto. Protocolo assinado ontem permitirá, ainda, a implantação da Rádio Senado no estado, além do funcionamento da TV Assembleia e da transmissão da TV Câmara, em multiprogramação.

A previsão é que até o fim do ano os amapaenses possam ter acesso aos novos canais.

Para Randolfe Rodrigues

(PSOL-AP), que participou da cerimônia de assinatura do protocolo, a existência de meios de comunicação do Legislativo é “um instrumento de democracia participativa”.

Para o diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social do Senado (Secs), Davi Emerich, as mídias públicas colaboram com as mídias privadas.

O espaço é próprio, explicou, já que a grande quantidade

de comissões e atividades do legislativo muitas vezes não permite que os veículos privados consigam acompanhar todo o trabalho.

— Se não fossem as mídias da Câmara e do Senado, eles não acompanhariam todo o trabalho que temos. Nossa ação é insubstituível — disse.

No Amapá, a TV Senado será transmitida no canal 57. A Rádio Senado, na frequência 93,9 MHz.

Salários de funcionários do Senado serão divulgados no dia 31, confirma Sarney

O presidente do Senado, José Sarney, confirmou ontem que, assim como os da Câmara dos Deputados, os salários dos servidores do Casa serão divulgados ao público, pela internet, a partir do dia 31.

O ato da Comissão Diretora que trata da divulgação dos salários do funcionários foi publicado no *Boletim Administrativo de Pessoal* em 1º de junho.

Os salários serão apresentados de forma individual numa seção específica do Portal da Transparência do Senado.

A decisão de publicar os salários acontece

após o governo ter regulamentado, em 16 de maio, a Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/11), que obriga todos os órgãos do Executivo, do Legislativo e do Judiciário a fornecer informações sobre suas atividades a qualquer cidadão.

— Essa data [31 de julho] será cumprida. Nós tentamos fazer uma plataforma junto com o TCU [Tribunal de Contas da União] e a Câmara dos Deputados. Nossas equipes estão em contato para que façamos da mesma maneira — disse Sarney.

Para incluir PSD, comissões mistas do Congresso terão mais integrantes

O Congresso aprovou ontem o projeto que aumenta em 10% o número de integrantes das comissões mistas da Câmara e do Senado. O objetivo da proposta é incluir o PSD, partido criado há menos de um ano, que receberá as novas vagas.

Na Comissão Mista de Orçamento (CMO), por exemplo, composta

hoje por 31 deputados, o PSD terá direito a três deputados. O outro colegiado permanente é a Comissão Mista sobre Mudanças Climáticas. Funcionam ainda no Congresso as comissões parlamentares de inquérito (CPIs) mistas e as comissões que fazem a análise prévia de medidas provisórias (MPs).

ADIAMENTO

Por razões técnicas, os pronunciamentos realizados no Plenário após as 20h serão publicados na próxima edição do **Jornal do Senado**.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



CONGRESSO: Recesso

O Congresso Nacional entra em recesso parlamentar a partir de hoje, retornando aos trabalhos em 1º de agosto.

CPI DO CACHOEIRA: Balanço das atividades

12h O presidente da comissão parlamentar de inquérito mista que investiga as relações de Carlinhos Cachoeira com agentes públicos e privados, Vital do Rêgo (PMDB-PB), apresenta o balanço das atividades da comissão em entrevista coletiva.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>



Mesa do Senado Federal

Presidente: José Sarney

1º vice-presidente: Marta Suplicy

2º vice-presidente: Waldemir Moka

1º secretário: Cícero Lucena

2º secretário: João Ribeiro

3º secretário: João Vicente Claudino

4º secretário: Ciro Nogueira

Suplentes de secretário:

Casildo Maldaner, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

Secretaria Especial de Comunicação Social

Diretor: Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

Agência Senado

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Milena Galdino

Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

Site: www.senado.gov.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin e Silvio Burle

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo e Pedro Pincer

Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Impresso em papel reciclado pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações – Seep

Destinados R\$ 100 mi para previdência do servidor público

O Congresso Nacional aprovou ontem quatro projetos de lei que abrem créditos especiais para ministérios e órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário. Todos receberam parecer favorável na Comissão Mista de Orçamento (CMO).

O PLN 1/12 abre crédito de R\$ 100 milhões em favor de órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público da União e do Ministério do Planejamento. Os recursos servirão como aportes iniciais da União para a criação da Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal de cada um dos três Poderes (Funpresp-Exe, Funpresp-Leg e Funpresp-Jud).

Também aprovado, o PLN 2/12 abre crédito especial de R\$ 90 milhões para o Ministério da Integração Nacional. O dinheiro servirá para a inclusão, no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), da construção da barragem de Serro Azul, em Pernambuco.

Por sua vez, o PLN 4/12 abre crédito suplementar de R\$ 1,355 bilhão no Orçamento Fiscal da União. Esse crédito aumentará o financiamento público às exportações e desburocratizará o acesso às linhas do Programa de Financiamento às Exportações (Proex).

Já o PLN 16/12 abre crédito de R\$ 93 milhões para os ministérios do Meio Ambiente e da Integração Nacional. Os recursos servirão para financiar projetos do Plano Brasil sem Miséria, da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf) e do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), entre outros.

Acordo permite aprovação da LDO antes do recesso. Acabou derrubado em Plenário destaque que flexibilizaria regra de licitação para estatais

Congresso aprova as diretrizes orçamentárias para o próximo ano

APÓS ACORDO ENTRE governo e oposição, o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2013 foi aprovado ontem — com destaques — pela Comissão Mista de Orçamento (CMO) e, logo em seguida, pelo Plenário do Congresso, dando início ao período de recesso parlamentar, que vai de hoje a 31 de julho. A matéria, que teve como relator o senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), será encaminhada à sanção presidencial. Os trabalhos legislativos recomeçam em 1º de agosto.

Destaques aprovados em Plenário derrubou emenda aprovada na CMO que permitiria às empresas estatais realizar contratações, via licitação, com critérios de preços diferentes das tabelas oficiais de custos conhecidas como Sinapi (construção civil) e Sicro (obras rodoviárias). O destaque foi defendido pelo senador Romero Jucá (PMDB-RR) e apoiado pela maioria dos parlamentares.

Como consequência do acordo, foi retirado, ainda na CMO, o item que autorizava investimentos no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) mesmo que a lei orçamentária não fosse aprovada pelo Congresso — e sancionada pela Presidência da República — até o final do ano.

Até segunda-feira, havia um impasse na CMO, já que a oposição, liderada pelo DEM,



e parte da base aliada vinham obstruindo as tentativas de votação. Uma das razões para a obstrução era a liberação de emendas solicitada por esses parlamentares.

De acordo com o presidente da Câmara dos Deputados, Marco Maia (PT-RS), o governo fará a liberação dos recursos: serão R\$ 2,5 milhões para cada parlamentar, sendo R\$ 1 milhão para a área de saúde.

O parecer final de Valadares inclui no texto da LDO o Anexo de Metas e Prioridades — item que em anos anteriores era apresentado pelo próprio governo com o projeto da LDO. Valadares esteve entre os parlamentares que solicitaram ao Executivo a apresentação desse documento, para que houvesse o detalhamento das

ações consideradas prioritárias pelo Executivo. Como isso não ocorreu, o anexo foi elaborado pelo próprio Congresso a partir de emendas sugeridas por deputados e senadores.

O texto aprovado na CMO também fixa novas regras para ampliar a transparência orçamentária, como a divulgação das remunerações pagas a funcionários de estatais.

O projeto da LDO foi aprovado sem prever qualquer recurso para aumento do funcionalismo dos três Poderes e do Ministério Público da União (MPU) em 2013. O relator, entretanto, sugere a adoção de limites de reajuste com base na média do percentual de comprometimento da Receita Corrente Líquida (RCL) da União dos exercícios de 2009 a 2011.

“Bom senso prevaleceu”, afirma Sarney

O presidente do Senado, José Sarney, elogiou o entendimento que permitiu a votação do projeto da LDO para 2013.

— Encontramos uma solução. O bom senso prevaleceu e foi feito o acordo — disse.

Com o acerto, foi possível também a aprovação, pela Câmara, de duas medidas provisórias: a MP 563/12, ainda na noite de segunda, e a MP 564/12, na manhã de ontem. As MPs, que fazem parte do Plano Brasil Maior, preveem estímulos à indústria nacional.

Comissão que analisará reforma do Código Penal é definida

Os nomes dos senadores que comporão a comissão que analisará o anteprojeto do Código Penal (PLS 236/12) forma anunciados ontem pelo presidente do Senado, José Sarney. São eles: Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), Ana Rita (PT-ES), Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), Armando Monteiro (PTB-PE),

Benedito de Lira (PP-AL), Clovis Fecury (DEM-MA), Eduardo Amorim (PSC-SE), Eunício Oliveira (PMDB-CE), Gim Argello (PTB-DF), Jorge Viana (PT-AC), Luiz Henrique (PMDB-SC), Magno Malta (PR-ES), Pedro Taques (PDT-MT), Ricardo Ferraço (PMDB-ES), Sérgio Souza (PMDB-PR) e Vital do Rêgo (PMDB-PB).

Medida que desonera folha de pagamentos chega ao Senado

A medida provisória que concede isenção tributária a produtos, estabelece regimes fiscais diferenciados e desonera a folha de pagamentos de alguns setores foi recebida ontem pelo Senado. Transformada no PLV 18/12, a MP 563/12, que faz parte do Plano Brasil Maior, de estímulo à economia, terá de ser votada

até 15 de agosto para não perder a validade.

O texto original beneficiava diversos setores com a isenção da contribuição em folha em troca do pagamento de um percentual sobre a renda bruta. O relator, Romero Jucá (PMDB-RR), ampliou ainda mais esse rol de setores beneficiados.

Randolfe cita nova denúncia e pede a CPI que Marconi volte a ser ouvido

Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) solicitou à CPI do Cachoeira que o governador de Goiás, Marconi Perillo (PSDB), seja novamente ouvido. O senador citou denúncia da revista *Época* de que o governador recebeu propina para liberar o pagamento de créditos devidos pelo governo à empreiteira Delta. O acerto teria ocorrido por

meio da venda da casa de Marconi onde Cachoeira foi preso.

O senador diz que, de acordo com a revista, a casa foi vendida com sobrepreço de R\$ 500 mil, pagos pela Delta para liberar o pagamento de uma dívida de R\$ 8,59 milhões do governo com a empresa. As datas de compensação dos cheques usados na compra da casa

batem com as liberações para a Delta.

Em nota, o governador classificou de “infame e desleal” a reportagem. Em 12 de junho, Marconi negou à CPI ter relação próxima com Cachoeira.

A reconvocação de Marconi ainda gera divergências entre os senadores do PT, de acordo com o líder da bancada no

Senado, Walter Pinheiro (BA).

— Não é a opinião dos membros do PT como um todo, mas a minha opinião e a do líder na Câmara [Jilmar Tatto], é de que a gente poderia pular essa etapa — afirmou.

Pinheiro rebateu acusações do presidente do PSDB, deputado Sérgio Guerra (PE), de que a reconvocação seria

uma estratégia do PT para atingir a oposição às vésperas do julgamento do mensalão no STF. Integrantes do partido têm acusado o PT de fazer uso político da CPI.

— Não fomos nós que escolhemos que o caso Cachoeira viesse a coincidir com o processo do mensalão — disse Pinheiro.

Suplente de Raupp, Tomás Correia toma posse no Senado



Tomou posse ontem no Senado Tomás Correia (PMDB-RO). Ele é suplente de Valdir Raupp (PMDB-RO), que se licenciou do cargo por 120 dias.

Raupp, que é presidente do PMDB, anunciou na semana passada que trabalhará em questões partidárias da campanha eleitoral.

Correia é promotor de Justiça aposentado e já foi deputado estadual e prefeito de Porto Velho.

Em discurso no Plenário, ele se disse consciente da duração limitada de seu mandato.

— Prometo honrar a cadeira e vou lutar pelos interesses de Rondônia — afirmou.

“O PIB amarelou”, diz Ana Amélia em crítica à condução da economia



A má condução da economia nacional provocou queda brusca do produto interno bruto (PIB), segundo Ana Amélia (PP-RS).

— O PIB “amarelou” — disse. Para a senadora, um dos maiores erros do governo foi a falta de apoio e incentivos aos agricultores e pecuaristas que, tanto no Sul quanto no Nordeste, enfrentaram estiagem.

Para Ana Amélia, o governo federal deve promover uma política de sustentação do crédito, com investimento em infraestrutura, para que a produção de alimentos ajude o país a enfrentar a crise mundial.

Suplicy elogia livro sobre cooperativa de ambulantes paulistas



O livro *Cooperativa — os vendedores autônomos do parque do Ibirapuera*, de Mônica Dallari, a ser lançado em

4 de agosto, foi elogiado por Eduardo Suplicy (PT-SP).

A obra reúne depoimentos de 120 pessoas e relata a trajetória da cooperativa criada por sugestão do senador, em 2000, para agregar os ambulantes vendedores de bebidas cujo ofício estava ameaçado pela administração municipal, que na época queria retirá-los do local. “Graças a essa cooperativa, eles puderam ter hoje todas as suas crianças nas escolas”, disse.

Nova distribuição do ICMS arrecadado no comércio eletrônico, fim da guerra dos portos e voto aberto em processos de cassação de mandato foram alguns dos temas importantes votados no período

Senadores avaliam semestre de trabalho positivamente

O FIM DA guerra dos portos e do voto secreto, a PEC do Comércio Eletrônico e a aprovação da Lei Geral da Copa foram os principais temas citados num balanço feito pelos senadores no Plenário pouco antes do encerramento do semestre.

Representantes da maioria governista e da oposição concordaram que, de fevereiro até agora, o trabalho do Senado rendeu bons frutos ao país.

O líder do PT, Walter Pinheiro (BA), destacou o trabalho das comissões, da Mesa do Senado e do colégio de líderes.

— Votamos matérias importantes, contribuimos, no plano social, com a aprovação do Plano Brasil Sem Miséria, e, no plano econômico, com o Brasil Maior. Também atuamos na reestruturação de estados e municípios, com a aprovação do PRS 72/10, que pôs fim à guerra dos portos, e da PEC 103/11, do comércio eletrônico — disse.

O líder do governo, Eduardo Braga (PMDB-AM), concordou que a aprovação das novas regras de distribuição do ICMS arrecadado no comércio eletrônico e o fim da guerra



Eduardo Braga destaca aprovação de mudança na previdência de servidores



Walter Pinheiro ressalta os planos Brasil sem Miséria e Brasil Maior

dos portos foram “um passo importantíssimo para fortalecer o pacto federativo”. Ele acrescentou à lista de grandes matérias aprovadas a mudança na previdência dos servidores federais e a Lei Geral da Copa.

Pela minoria, que faz oposição ao governo, Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) sublinhou a importância da aprovação de

duas propostas de emenda à Constituição: a que acabou com o voto secreto nos processos de cassação de mandato (PEC 86/07) e a que altera o rito das medidas provisórias garantindo mais tempo de análise ao Senado (PEC 11/11). Ambas aguardam votação na Câmara dos Deputados.

O presidente do Senado disse que a Casa depende do apoio do seu “excelente quadro de funcionários”. Sarney afirmou que no semestre houve o fortalecimento do diálogo do Parlamento com o povo brasileiro por meio do sistema de comunicação do Senado.

Desafios

Para o próximo semestre, Walter Pinheiro citou como desafio a discussão de uma nova regra de distribuição para o Fundo de Participação dos Municípios.

Já Randolfe Rodrigues pediu atenção e urgência à votação do relatório final produzido pela CPI do Ecad. O documento propõe o indiciamento de 15 pessoas acusadas de agiotagem, falsidade ideológica e formação de cartel, entre outros crimes.

Neste ano, site do Senado teve 2,25 milhões de acessos

No Plenário, o presidente do Senado, José Sarney, fez um balanço das atividades dos veículos de comunicação da Casa no primeiro semestre.

O Portal do Senado, que agrupa as páginas dos órgãos da Casa, teve no período mais de 2,25 milhões de acessos.

— Isso mostra como hoje

temos uma verdadeira conexão com o povo brasileiro e como o povo está acompanhando os trabalhos do Senado — disse.

A página da Agência Senado, por exemplo, obteve 1,75 milhão de acessos.

Na TV Senado, foram mais de 2.680 horas de gravação e transmissão das sessões plenárias.

Foram produzidas cem edições do jornal televisivo.

— É longa a relação daquilo que conseguimos em divulgação e transparência, com o povo brasileiro participando dos nossos trabalhos, opinando, fiscalizando, louvando, censurando, questionando — declarou Sarney.

Amorim apresenta diretrizes ao Congresso

O ministro da Defesa, Celso Amorim, entregou ontem ao presidente do Senado, José Sarney, as versões preliminares de três documentos a serem debatidos no Congresso: o *Livro Branco de Defesa Nacional* (LBDN) e as atualizações da Política Nacional de Defesa (PND) e da Estratégia Nacional de Defesa (END).

O livro traz os principais projetos das Forças Armadas e um resumo dos objetivos da pasta. Por meio do documento, é garantida transparência à informação sobre o setor, com o acompanhamento do orçamento e do planejamento plurianual.

A PND estabelece diretrizes para o preparo e o emprego



Celso Amorim (E) levou a José Sarney versão preliminar de três documentos

dos recursos nacionais em caso de ameaças externas, com o envolvimento dos setores militar e civil. Já a END estabelece formas de alcançar os objetivos preconizados na política de defesa.

A entrega dos documentos

atende, pela primeira vez, à Lei Complementar 136/10, segundo a qual cabe ao Poder Executivo encaminhar os três documentos para o Congresso a cada quatro anos, na primeira metade da sessão legislativa, a partir de 2012.

Plenário aprova empréstimos externos para Rio e Paraíba

O Plenário do Senado aprovou ontem autorizações para que a Paraíba e o Rio de Janeiro recebam empréstimos internacionais.

O Projeto de Resolução do Senado (PRS) 32/12 trata de operação de crédito do Rio com a Corporação Andina de Fomento (CAF), no valor de até US\$ 100 milhões. Os recursos são destinados ao financiamento de parte do Programa Emergencial Rodoviário da Região Serrana, que vai recuperar a infraestrutura das cidades de Nova Friburgo, Teresópolis, Petrópolis, Bom Jardim, São José do Vale do Rio Preto, Sumidouro e Areal, na região serrana, atingidas por fortes chuvas em 2011. O relator da matéria na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), onde havia sido aprovada mais cedo, foi Lobão Filho (PMDB-MA).

O vice-governador do Rio, Luiz Fernando Pezão, que participou da reunião da CAE, disse que o estado precisa de recursos para recuperar as cidades atingidas. Ele observou ser difícil a contratação de crédito com o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) em razão dos juros altos e dos prazos menores.

Malha viária

Em votação simbólica, o Plenário aprovou a Mensagem (MSF) 61/12, da Presidência da República, autorizando a contratação de empréstimo de US\$ 319,6 milhões da CAF para o Rio de Janeiro, com a finalidade de financiar parcialmente o Programa de Melhorias e Implantação da Infraestrutura Viária do Rio de Janeiro (Provias). O senador Sérgio Souza (PMDB-PR) deu parecer favorável à matéria.

Semiárido

O PRS 31/12 autoriza a contratação de crédito entre a Paraíba e o Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (Fida) no valor de US\$ 25 milhões. O objetivo é financiar parcialmente o Projeto de Desenvolvimento Sustentável do Cariri e Seridó.

O projeto, explicou a relatora na CAE, Lídice da Mata (PSB-BA), vai contribuir com o desenvolvimento da área rural e reduzir a pobreza no semiárido da Paraíba. Além disso, disse, vai melhorar a renda, os ativos produtivos, a capacidade organizacional e as práticas ambientais.